

Revisitando o programa dos CIEP, após 38 anos: debates na câmara municipal de Nova Iguaçu (RJ) sobre sua construção e financiamento

Revisiting the CIEP program after 38 years: debates at the city hall of Nova Iguaçu (RJ) on its construction and financing

Revisando el programa CIEP después de 38 años: debates en el ayuntamiento de Nova Iguaçu (RJ) sobre su construcción y financiamiento

Mateus Henrique Alexandrino Guimarães¹, Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho¹

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Autor correspondente:

Mateus Henrique Alexandrino Guimarães
Email: Alexandrino.mh@gmail.com

Como citar: Guimarães, M. H. A., & Coelho, L. M. C. C. (2024). *Revisitando o programa dos CIEP, após 38 anos: debates na câmara municipal de Nova Iguaçu (RJ) sobre sua construção e financiamento*. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 17(36), e19600. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v17i36.19600>

RESUMO

O artigo decorre de pesquisa concluída em Programa de Pós-Graduação, abordando os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) - política estadual, com capilaridade pelos municípios fluminenses -, em Nova Iguaçu-RJ, dimensionando essa política na sociedade local. Partindo de recorte temporal que compreende o período dos governos em que essa proposta foi implementada (1983-1995), metodologicamente utilizamos análise documental de fontes como as atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu e reportagens de jornais, além de pesquisa bibliográfica e entrevistas com profissionais de CIEP e moradores do município. Como referencial teórico, utilizamos o conceito de campo (Bourdieu) e a História local (Cavalcanti), que aventou a recorrência de duas temáticas – construção dos CIEP em terrenos do município e seu financiamento – e disputas construídas por meio das fontes, trazendo como resultado a evidência do processo de implantação organizado pelos “apossados” do campo político – idealizadores e vereadores –, sob a influência dos “profanos” – público-alvo.

Palavras-Chave: CIEP. Educação em tempo integral. História local. Nova Iguaçu.

ABSTRACT

The article arises from research completed in the Postgraduate Program, addressing the Integrated Public Education Centers - state policy, with coverage throughout the municipalities of Rio de Janeiro -, in Nova Iguaçu-RJ, dimensioning this policy. Starting from a time frame that encompasses the period of governments in which this proposal was implemented, methodologically we used

documentary analysis of sources such as the minutes of the Nova Iguaçu City Council and newspaper reports, in addition to bibliographical research and interviews with professionals CIEP and residents of the municipality. As a theoretical reference, we used the concept of field (Bourdieu) and local History (Cavalcanti), which suggested the recurrence of two themes – construction of CIEP on municipal land and its financing – and disputes constructed through sources, resulting in the evidence of the implementation process organized by the “possessed” of the political field – creators and councilors –, under influence of the “profane” – target audience.

Keywords: CIEP. Full-time education. Local history. Nova Iguaçu.

RESUMEN

El artículo surge de una investigación realizada en el Programa de Postgrado, abordando los Centros de Educación Pública Integrada, con cobertura en todos los municipios de Río de Janeiro -, en Nova Iguaçu-RJ, dimensionando esa política. A partir de un marco temporal que abarca el período de gobiernos en que se implementó esta propuesta, metodológicamente utilizamos el análisis documental de fuentes como actas del Ayuntamiento de Nova Iguaçu y notas periodísticas, además de investigaciones bibliográficas y entrevistas a profesionales del CIEP y vecinos del municipio. Como referencia teórica, utilizamos concepto de campo (Bourdieu) y de Historia local, que sugirieron la recurrencia de dos temas – la construcción del CIEP en terrenos municipales y su financiamiento – y disputas construidas a través de fuentes, resultando en la evidencia de el proceso de implementación organizado por los “poseídos” del campo político –creadores y concejales–, bajo la influencia de los “profanos” –público objetivo.

Palabras clave: CIEP. Educación a tiempo completo. Historia local. Nova Iguaçu.

INTRODUÇÃO

No panorama da Educação brasileira, o estado do Rio de Janeiro é um dos que se destaca, não somente pela representatividade que foi construindo historicamente – a partir do seu status de antiga capital do país, mas também pelas ações que implementou nesse sentido. Entre essas ações no campo educacional, nos reportamos aos anos 80 e 90 do século XX, quando grupo político liderado por Leonel Brizola, em dois mandatos separados, implementou o 1º e o 2º Programas Especiais de Educação (PEE), que se capilarizaram em mais de 500 escolas de tempo integral pelos municípios do território fluminense.

Segundo relato oficial de seu idealizador nessas instituições, edificadas em projeto arquitetônico elaborado por Niemayer, os estudantes contavam com assistência médica e odontológica; refeições completas; material didático próprio; moradia (através do programa aluno-residente) e animação cultural aberta também à comunidade - entre outros aspectos do Programa -, que eram trabalhados no regime de tempo integral, garantindo formação completa e o pleno funcionamento de cada um desses Centros Integrados de Educação Pública – CIEP. Essas novas escolas propunham, assim, com um projeto pedagógico diferenciado, que procurava romper com o modelo tradicional de escola pública ao promover, também, o aumento da jornada escolar dos alunos (Ribeiro, 1986).

O artigo que apresentamos constitui-se como recorte de pesquisa já concluída acerca dessa conjuntura, em que o objetivo central foi o de analisar a recepção e implantação desses CIEP, considerados a maior realização daqueles PEE¹. Nesse estudo anterior, nos detivemos a uma região específica do estado – a Metropolitana, especialmente ao município de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense,

¹ Essa pesquisa foi iniciada no ano de 2020, 35 anos após a inauguração do 1º CIEP – Tancredo Neves –, na cidade do Rio de Janeiro.

No tocante à teoria e metodologia utilizadas na investigação – de cunho qualitativo – enfatizamos procedimentos como pesquisa e análise documental, baseando-nos em estudos com fontes oficiais - relativas às Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI) – e também da história oral, por meio de entrevistas com sujeitos formadores e em formação (professores; gestores; comunidade e ex-alunos) que frequentaram uma dessas instituições formais de ensino, no município em questão.

Para a análise, optamos pelo método hermenêutico-dialético de interpretação e categorização de dados apresentado por Minayo (2021); e o realizamos a partir de trabalho em que foram utilizados referenciais teórico-metodológicos de Bourdieu (1989; 2019); Cavalcanti (2018) e Ball (2016)², no que se refere aos conceitos mais trabalhados.

Especificamente no tocante a este artigo, nosso recorte objetivou apresentar discussão e análise de dois dos três aspectos mais evidenciados naquela investigação, dando prioridade a uma das fontes de pesquisa que utilizamos como procedimento metodológico: as Atas da CMNI³. A escolha e o contexto do objeto de estudo nos auxiliaram, entre outras, nas reflexões acerca (i) da construção dos CIEP no município de Nova Iguaçu e (ii) do financiamento dessas edificações.

Levando em consideração esses dois tópicos, o artigo estrutura-se em três etapas: (i) uma reflexão que enfatiza esses aspectos, a partir do referencial teórico metodológico, fundamental que foi ao seu desenvolvimento; (ii) uma seção em que são levantados e analisados alguns dos dados coletados nas Atas da CMNI e na(s) demais fonte(s) do estudo principal e (iii) reflexões que consideramos pertinentes e relevantes, no sentido de melhor apreendermos o papel do campo político na implantação de políticas públicas educacionais, como a que se evidenciou com os CIEP, no estado do Rio de Janeiro.

Iniciando propriamente nossa discussão, problematizamos: Quais aspectos metodológicos e referenciais teóricos nos auxiliaram na construção do objeto deste artigo e na contextualização do campo em que o situamos?

METODOLOGIA

Buscando o nosso objeto de estudo em fontes como as Atas da Câmara Municipal, objetivamos entender o projeto dos CIEP, acompanhando a implantação dessas escolas em Nova Iguaçu, e procurando compreender as reações da sociedade política iguaçuana à chegada do PEE e da escola de tempo integral à municipalidade. Nessa etapa, visamos descrever e compreender como esse projeto – constituído como uma política educacional estadual – foi recebido nesse município da Baixada Fluminense.

O conceito de campo de Pierre Bourdieu se configurou como o principal referencial teórico, no que diz respeito às especificidades apontadas pelo autor sobre o campo político. Com base nesse referencial, analisamos o comportamento iguaçuano, no contexto da chegada de uma política pública educacional complexa como a dos CIEP. Como componentes desse campo e nessa realidade local, percebemos as reações dos agentes “apossados” – representados pelos vereadores iguaçuanos – e dos ‘profanos’ – a comunidade iguaçuana, o que não aprofundamos teoricamente neste texto, devido ao recorte que elaboramos e ao espaço disponível à produção do artigo em tela.

A recorrência das duas temáticas evidenciadas anteriormente – a construção dos CIEP, bem como seu financiamento – e os diálogos e afinidades percebidas entre esses dois aspectos por meio das fontes utilizadas permitiram inferir que houve um processo de implantação organizado pelos

² Em Bourdieu, nos apropriamos dos conceitos de campo e campo político; em Cavalcanti, da história local; e em Ball, nos debruçamos sobre o ciclo de políticas, como explicamos em seção posterior desta produção.

³ Encontramos ainda nas atas da CMNI mais um aspecto importante acerca dos CIEP: a concepção pedagógica, que, devido ao recorte realizado e ao tamanho do texto, optamos por divulgar em outro momento de nossa produção.

“apossados” daquele campo político – idealizadores e vereadores –, mas que contou com a participação ativa dos “profanos” – o público-alvo da política.

Partindo do pressuposto de que o projeto do PEE, por sua natureza, espelhava em si um projeto de sociedade, concluímos que esse nível de diálogo entre fontes e influência entre os grupos do campo político demonstra que o projeto em questão era influenciado e também construído pelo público-alvo, principalmente nas manifestações encontradas por sua descontinuidade, representada pelas alternâncias do grupo político à frente do estado fluminense, em nosso recorte temporal.

Nessa perspectiva, o trabalho tratou de analisar uma política pública educacional com uma complexidade que ultrapassou limites geográficos – influenciando outras políticas educacionais pelo território brasileiro – e temporais – reverberando intensamente no debate educacional até o século XXI, quase quarenta anos após o começo de sua implantação⁴.

As cidades da Baixada contornam os limites terrestres da cidade do Rio de Janeiro – capital do estado de mesmo nome –, sendo identificadas por alta densidade populacional e baixa qualidade de vida (Rocha, 2020). No século XXI, a Baixada Fluminense – pertencente à região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro – é formada por 13 municípios. Historicamente, a principal delas é Nova Iguaçu (Nascimento, 2019).

Nesse contexto de desigualdade regional, assim que eleito, o governo confirmou o seu compromisso com a educação no estado fluminense. Em 15 de março de 1983 – primeiro dia oficial de governo – foi promulgado o Decreto nº 6.626, criando a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, formada pelo vice-governador e secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, Darcy Ribeiro; pela secretária estadual de Educação, Yara Vargas; pela secretária municipal de Educação, Maria Yedda Linhares e pelo reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), João Salim Miguel. Esse grupo elaborou a política educacional do governo (Moreira & Soares, 2019).

Não são poucas as pesquisas acadêmicas acerca dos CIEP. Muitas concepções e propostas que caracterizam o projeto foram – e ainda são – intensamente debatidas (Moreira, 2020; Costa, 2021; Faria; Silva, 2021; Lemos, 2023). Contudo, essa recorrência na academia não significa um esgotamento. Ao contrário, tal presença ajuda a dimensionar a importância e a influência dessa política educacional, ainda no decorrer do século XXI.

O debate acerca dos CIEP rompe, portanto, as fronteiras da academia. Assim, uma política educacional tão marcante exige ainda investigações que elucidem a experiência em toda a sua complexidade, conectando-a com a realidade educacional contemporânea, e/ou às realidades locais nas quais se implementou.

Diante do contexto geral dessa implantação, ainda se faz necessário analisar seu processo em diferentes regiões do estado, visto que parte das investigações acerca desses Centros se concentra em escolas, não evidenciando sua presença, de forma mais expressiva, nas regiões em que o Rio de Janeiro se subdivide, justificativa para que o estudo apresentado tenha sua relevância e pertinência na área. Já a opção por Nova Iguaçu pode ser explicada por diferentes motivos.

O primeiro diz respeito à Baixada Fluminense e sua periferização geográfica, econômica e social com relação à capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro. Entendemos que focalizar uma localidade marginalizada na realidade social fluminense coincide com nossas escolhas metodológicas, principalmente as que se referem à História local. Já a segunda motivação reside no fato de que a cidade de Nova Iguaçu é a principal representante histórica da localidade, visto que é a partir de seu território original que a região se expande, derivando dele a maior parte dos

⁴ Podemos perceber essa presença, entre outros exemplos, em notícia veiculada pelo jornal O Globo, no ano de 2006, a permanência dos CIEP se fez sentir, mais uma vez, no debate público fluminense. Nesse sentido, ver memoria.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3ayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pagina

municípios vizinhos, em processo de desmembramentos municipais. Assim, consideramos que o estudo se justifica, também, por esse foco territorial que trazemos na investigação.

No caminhar teórico-metodológico enfatizamos, como dito, o conceito de campo, de Pierre Bourdieu. Para ele, o espaço social forma-se por um conjunto de microcosmos concretos, dinâmicos, com lógicas internas próprias, relativamente autônomas, às quais denominou campos (Bourdieu, 1989).

Entretanto, segundo o autor (1989), para se utilizar tal conceito, deve-se considerar duas de suas características teóricas fundamentais: o trabalho com base na estrutura das relações objetivas e o seu aspecto relacional, materializados por meio das estruturas que os campos constroem, enquanto microcosmos sociais específicos. Sobre a relação dos componentes desse campo com campos externos a ele, Bourdieu (1989, p. 185) afirma ainda que

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e agir em nome de parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos [...] mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui, ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.

O trecho compilado possibilita inferir que o acesso aos meios de participação política é distribuído de forma desigual na realidade social e, mais especificamente, no campo político, ou seja, é distribuído de acordo com a posição ocupada pelo sujeito nesse espaço social.

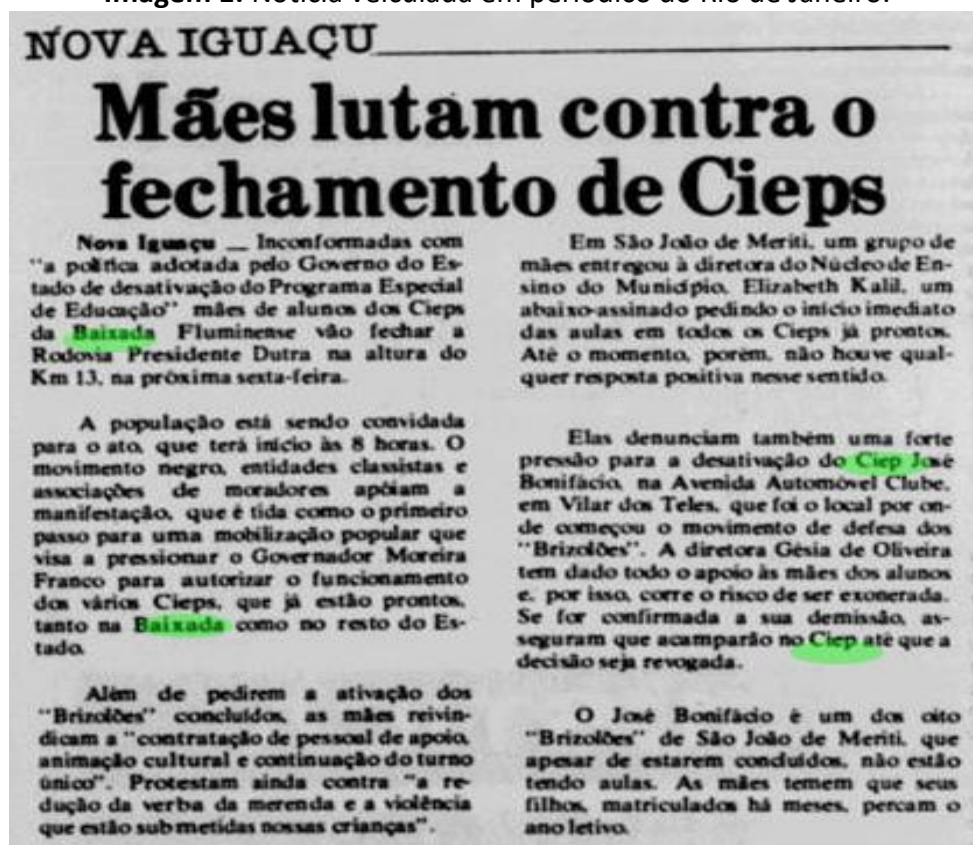
Bourdieu (1989) argumenta então que essa desigualdade distributiva faz com que esse campo funcione de acordo com a lógica da oferta e da procura, pela qual os cidadãos comuns possuem somente o direito de escolher, estando reduzidos a meros consumidores, enquanto os ‘mandatários’ – detentores do ‘capital político’ do campo (competências e domínio), organizados em instituições partidárias, competem pelo direito de falar/agir, em nome de um determinado grupo.

Essa relação de oferta/procura entre os ‘apossados’ e os ‘profanos’ é permeada por uma relação de concorrência por parte dos primeiros, pela legitimação de seus discursos na ação e reação dos segundos. Dessa forma, Bourdieu (1989) elucida que as ‘ideias-força’ são medidas, não pela sua veracidade, mas sim pela mobilização gerada entre os profanos, o que agrega ‘capital político’ ao agente que busca legitimidade.

Os ‘apossados’, no campo político, se organizam em grupos de interesse – os Partidos – que possuem uma existência relacional. Nesse sentido, a organização partidária constitui um sistema de desvio de níveis, possibilitando variações entre posições, dentro da estrutura do mesmo campo (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, profanos constroem demandas e ações que provocam a reação dos ‘apossados’ e legitimados, no campo político, em uma espécie de entrelaçamento de interesses.

Um exemplo desse processo de demandas e ações pode ser percebido em fonte de imprensa encontrada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por meio de notícia veiculada pelo Jornal O Fluminense, na edição do dia 03 de junho de 1987.

Imagem 1: Notícia veiculada em periódico do Rio de Janeiro.



Fonte: Jornal O Fluminense (1987).

A reportagem em questão nos traz a organização de uma manifestação de mães de estudantes de CIEP de Nova Iguaçu contra a não inauguração ou fechamento de CIEP prontos, por parte do governo de Moreira Franco – que sucedeu ao governo Brizola, nessa região da Baixada Fluminense. Além disso, o movimento das mães iguaçuanas ocorre em defesa não somente do funcionamento da escola em si, mas também por aspectos do projeto educativo original do PEE, como a existência de "verba da merenda", já que os alunos passavam mais de sete horas nesses espaços escolares.

O conceito de campo político se revela, portanto, de fundamental relevância ao nosso estudo, principalmente pela possibilidade de análise que suscita, de não partir somente do pensamento dos agentes políticos – que constroem esse campo –, mas também pelo que seus discursos geram, de onde surgem e como se materializam.

Tal possibilidade exige uma análise das propriedades sociais dos agentes que produzem os discursos; em quais lugares esses discursos foram produzidos, para quem e em qual momento histórico. Assim, o conceito busca captar os agentes políticos e suas estratégias, bem como entender as formas de organização coletiva que possibilitam a sua ação – e, ainda, a 'reação' a eles.

Nessa perspectiva, nos posicionamos na análise da interseção do campo político com o campo da educação, visto que o objeto de nossa pesquisa é a materialização da política educacional do governo Brizola – os CIEP. Tal interseção se dá devido a característica relacional dos campos, o que possibilita que os conceitos de apossados e profanos possam também ser variáveis, de acordo com as características e panorama dos campos, como é possível verificar em seção posterior.

A natureza de nossa pesquisa exige, ainda, uma análise específica acerca dos Programas Especiais de Educação que originaram os CIEP. Nesse sentido, por se tratar de processo que resultou em uma política pública educacional, optamos por um referencial metodológico nessa tarefa, buscando aportes nas contribuições de Ball (anos das obras citadas. As ideias desse autor nos

trouxeram a organização necessária ao entendimento e análise da construção complexa que é uma política pública como a do PEE.

As fases enunciadas em seus estudos sobre o ciclo de políticas foram, assim, fundamentais, na perspectiva de precisar quais dessas etapas seriam as mais significativas no processo de chegada dos CIEP ao município de Nova Iguaçu. Sintetizando, Ball apresenta (i) o contexto da influência, no qual a política pública é elaborada pelo(s) grupo(s) que lutam por sua composição; (ii) o contexto da produção de texto, que é a materialização da política formulada, em forma de leis e materiais que a regulem; (iii) o contexto da prática, quando a política é interpretada e recriada por aqueles que a implantam; (iv) o contexto de resultados e efeitos, no qual os impactos da política na sociedade são avaliados; e, por fim, (v) o contexto da estratégia política, onde há a identificação e realização de medidas para o ajuste/adaptação da política em questão (Mainardes, 2018). Todavia, em entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009, p. 306), Ball argumenta, sobre essas fases/contextos, que

os contextos podem ser pensados de outra maneira e podem ser “aninhados” uns dentro dos outros. Assim, dentro do contexto de prática, você poderia ter um contexto de influência e um contexto de produção de texto, de tal forma que o contexto de influência dentro do contexto da prática estaria em relação à versão privilegiada das políticas ou da versão privilegiada da atuação. Assim, podem existir disputas ou versões em competição dentro do contexto da prática, em diferentes interpretações de interpretações.

Convém destacar que os ciclos de políticas enunciados anteriormente não são estanques; se capilarizam e interpenetram, funcionando, portanto, com base em uma circularidade. É na confluência de contextos que o processo de chegada da política pública educacional que deu origem aos CIEP ‘aportou’ em Nova Iguaçu.

Ainda no que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa se pauta na perspectiva da História local, auxiliando na reconstrução da capacidade de agência dos personagens periféricos, na medida em que focaliza variadas escalas de análise, abordando modos de vida coletivos e individuais em espaços não convencionais, como bairros e cidades periféricas (Cavalcanti, 2018).

Ademais, a História local, uma vez que capta a voz desses atores sociais, pode construir identidades e uma consciência histórica no sujeito. Assim, tal metodologia de análise gera um interesse pela localidade, fomentando a criticidade e formando cidadãos ativos em sua realidade social (Cavalcanti, 2018).

Outro benefício do uso da localidade na análise é a possibilidade de rompimento com o tradicionalismo histórico, visto que a História local aparece como uma alternativa aos conteúdos consagrados de História geral, que foca sua análise em grandes personagens, grandes eventos, ou grandes localidades.

Em síntese, falta-nos dizer que a construção desta seção, neste artigo, se apresentou como fundamental, na medida em que propõe um primeiro contato com as escolhas que fizemos, em relação ao recorte de nosso estudo dissertativo. Aponta, assim, aspectos teórico-metodológicos necessários para que as questões norteadoras e os aspectos destacados de nossa análise sobre os CIEP de Nova Iguaçu sejam embasadas. Nesse contexto, nos perguntamos: Quais indícios nos foram apresentados pelas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, a respeito da ‘chegada’ de uma política estadual como a do PEE, materializada nos CIEP, a esse município da Baixada Fluminense?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como podemos entender a participação da representação política municipal, face à construção dos CIEP, em Nova Iguaçu? Como evidenciar conflitos e anuências entre a recepção

desses equipamentos educacionais no município da Baixada e as reações da população alvo a que eles se destinavam?

Do interior desse microcosmo com que Bourdieu nos brinda em seus escritos, procuramos analisar, por meio das Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o discurso de ‘profissionais’ do campo político⁵ acerca da implantação dos Centros Integrados de Educação Pública em Nova Iguaçu, relacionando suas falas ao debate acerca da temática presente igualmente na imprensa local iguaçuana. Também buscamos compreender essas evidências nas falas daqueles que os receberam, na comunidade – ‘profanos’ nesse campo que constrói o campo social, mas que podem exercer sua atividade em outros campos, como o da educação, por exemplo. Teríamos esta situação presente, em nosso estudo?

Teoricamente, podemos dizer que a opção pelas atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu se deu pelo fato de nossa formação em História nos levar a extrair, das e nas fontes, fatos e evidências que possam iluminar a realidade em que situamos os problemas de pesquisa.

É nesse sentido que aportamos em Barros (2019), quando o autor trata das fontes históricas. Entre outras possibilidades, a problematização dos discursos presentes nas Atas – nossa fonte inicial – possibilitou a construção de uma história-problema acerca da implantação da política educacional do governo Brizola no município fluminense e a emergência de debates e negociações inerentes a tal processo.

Especificamente acerca da temática dos CIEP, nas Atas aparecem principalmente a (1) *construção* desses Centros no município, com elogios e críticas à proposta. Dentre essas falas, constatamos que se destaca uma sub-temática específica: a do (2) *financiamento* dessa política pública do governo Brizola. Com esse corpus, procuramos analisar a realidade da chegada dos CIEP em Nova Iguaçu, visando à reflexão sobre seu impacto em setores sociais do município.

Sobre a construção de CIEP em Nova Iguaçu, a Ata do dia 08 de agosto de 1985 revela que essas reuniões iam além dos limites municipais; nela, o vereador Cândido Augusto Ribeiro Neto (PDT) relata uma “visita que fez ao gabinete do vice-governador do estado, dr. Darcy Ribeiro, quando conseguiu acertar a situação de áreas destinadas à construção de ‘Brizolões’” e sinaliza a sua importância na busca por CIEP para Nova Iguaçu, atuando em vários momentos como um mediador entre a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Governo do Estado, principalmente em assuntos relativos aos locais de construção dessas escolas.

Cândido Augusto Ribeiro Neto emerge, assim, como um possível articulador por CIEP no interior da bancada do PDT, na Câmara Municipal de Nova Iguaçu e possibilita inferir a forma de atuação dos vereadores pedetistas perante a política pública brizolista.

Em atas posteriores, a atuação do vereador em questão quanto à chegada de CIEP em Nova Iguaçu foi intensa. Tal articulação se mostrou importante para a construção dessas escolas no município e acabou por ser ‘recompensada’: o CIEP 394, construído no bairro de Rosa dos Ventos já no 2º PEE, leva o nome de Cândido Augusto Ribeiro Neto. Para além das reuniões a que nos referimos, o fato da maior parte dos vereadores iguaçuanos e do próprio prefeito serem do mesmo partido de Brizola, em tese, facilitaria as tratativas acerca dos locais de construção, bem como favoreceria a chegada das escolas aos territórios de Nova Iguaçu.

Entretanto, não era somente de maneira elogiosa que as construções de CIEP eram retratadas nas atas da CNMI. Na ata do dia 12 de setembro de 1985, por exemplo, o vereador Mario Marques – do Partido Democrático Social (PDS), de oposição ao PDT de Brizola –, foi até a tribuna dizer que:

antes de se partir para a construção desses prédios belíssimos onde serão instalados os CIEPS, deve-se fazer um levantamento de cada necessidade, pois estão construindo ‘Brizolões’ dentro, por vezes, de próprios terrenos escolares (...) os CIEPS seriam construídos em área nunca inferior

⁵ Neste caso, os vereadores de Nova Iguaçu, no período compreendido entre 1983 até 1994.

a 10.000 metros quadrados, quando essa norma está sendo infligida. [...] não se deve construir “um Brizolão” embaixo do viaduto, que irá pôr em risco a vida das crianças naquele local”⁶

Tais críticas evidenciam atenção com a necessidade, tamanho e localidade dos CIEP, revelando preocupação com a vida das crianças no terreno escolhido para acolher esse prédio escolar. Em nossa pesquisa, todavia, não identificamos CIEP, na cidade, localizado embaixo de algum viaduto.

Já a ata do dia 19 de setembro de 1985, nos traz o vereador Luiz Antônio, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), falando sobre:

a construção de um CIEP, no local ao lado da CODERT. É favorável a maneira como vem olhando o setor educacional o Governador Leonel Brizola, mas que Sua Excelência não tem conhecimento de local impróprio em que tencionam construir um CIEP, ao lado da nova rodoviária. Nova Iguaçu está crescendo e não suportará tal construção, em que as crianças correrão sério perigo diante do grande movimento de ônibus na CODERT.⁷

Mesmo em meio a elogios direcionados a política educacional brizolista, o vereador do PTB é mais um a abordar os locais onde os CIEP estavam sendo construídos, fazendo coro à preocupação anterior de seu colega Mário Marques (PDS), no que se refere ao risco oferecido às crianças com a construção de uma escola de grande porte nas proximidades de uma localidade urbana tão movimentada quanto um viaduto ou uma Rodoviária.

Entretanto, a construção dos CIEP também era uma questão não totalmente resolvida para a comunidade que as receberia. A fala de Juvêncio Abraão da Silva, um vizinho histórico do CIEP 026 – São Vicente de Paula, que participou ativamente da chegada da escola a seu bairro, confirma tal assertiva, ao ser perguntado sobre suas lembranças da implantação do CIEP 026 na localidade:

[...] na fundação, houve um grande problema aqui. A população usava como campo de futebol. Surgiu uma vereadora que queria fazer um trabalho aqui e pediram a minha ajuda. Ela perguntou o que o bairro precisava e eu comecei a dizer. Quando terminou, ela pediu para que fizesse um novo ofício requerendo as melhorias no bairro junto a prefeitura. Mas eu quis fazer um pedido além, que não era no nome da associação, era um pedido particular, mas para uso da comunidade. A minha esposa sempre sonhou com uma creche para amparar essas crianças necessitadas daqui. Quando ela chegou na prefeitura, encontrou esse projeto do CIEP e implantou um aqui. Mas precisava da área, eles propuseram a área do campo e eu falei que era uma boa ideia, porque poderia caber o campo e a escola.⁸

Diante da fala de Juvêncio, primeiramente depreendemos que a chegada do CIEP 026 teria se dado a partir da ida de uma vereadora à comunidade para averiguar as necessidades locais e o CIEP foi apresentado como uma solução.

Cruzando essa entrevista com as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em nossa análise aferimos que a única vereadora da casa legislativa no período da chegada dos CIEP e equivalente à legislatura de 1983 a 1989, era Maria Ivete Pantaleão (PDT), o que indica que, provavelmente, ela seria a vereadora da fala a que se refere Juvêncio Abraão. Por pertencer ao PDT e, conforme averiguamos nas Atas, por já ter discursado na Câmara em favor de Leonel Brizola e dos CIEP, a suposição de que ela seja a vereadora envolvida diretamente na chegada do CIEP 026 – São Vicente de Paula na comunidade de Juvêncio Abraão nos parece corresponder à realidade.

⁶ Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

⁷ Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

⁸ SILVA, Juvência Abraão da. Entrevista Citada.

Além disso, segundo Lobo (2019), no contexto da implantação dos CIEP e na reabertura política do processo de redemocratização, a sociedade iguaçuana passa a se organizar em grupos que lutavam por melhorias no município, junto aos poderes públicos municipal e estadual. Ademais, a dificuldade na escolha dos terrenos para abrigar os CIEP abriu espaço para o envolvimento desses grupos comunitários. Uma dessas instituições era o Movimento de Amigos do Bairro (MAB), além das associações de moradores e é, em geral, através de instituições como essas que os CIEP surgem como demanda popular no município.

Inferimos, portanto, por meio das fontes citadas, que a construção dos CIEP em Nova Iguaçu envolvia um processo complexo, antes de sua materialização. Devido a amplitude arquitetônica do projeto, que contemplava uma proposta diferenciada inerente ao PEE, a própria escolha das localidades e terrenos que os receberiam gerava um intenso debate no campo político institucional municipal e também no território que os acolheria, por meio do envolvimento do público-alvo na política municipal, ou seja, da participação mais efetiva dos “profanos”.

Tal debate corrobora que o grande fluxo de recebimento de CIEP por Nova Iguaçu, o que se deveu ao planejamento estadual de distribuição das novas escolas, de acordo com a densidade demográfica e necessidade da região, mas também devido à intensa luta dos pedetistas da Câmara Municipal e da sociedade civil pela chegada dessas instituições em território iguaçuano.

No que diz respeito ao financiamento dos CIEP, na ata do dia 02 de agosto de 1984, o vereador Iran Lemos (PDT) elogiou o orçamento do governo do Rio de Janeiro por conter “proposta e programa de alto valor, principalmente no setor da educação”, e lamentou o fato de que Nova Iguaçu não tenha direcionado atenção à saúde e educação em seu orçamento, como fez o governo estadual.

Tal fala dialoga diretamente com o que expressou o vereador Pedro Ernesto (PDT), em ata do dia 29 de agosto de 1984, quando o também pedetista confirmou “a intenção do Governo Leonel Brizola em ampliar, como prometeu, o setor escolar”. Além disso, em outra ata, esta do dia 06 de setembro de 1984, o vereador Ataíde Lemos (PDT) exaltou o governador Leonel Brizola pela liberação da “verba de cento e vinte bilhões para a construção de trezentas e vinte escolas”, reforçando que “nenhum governador jamais fez tamanho bem para as crianças”, e “que a imprensa deveria divulgar casos como esse”.

Dois apontamentos se fazem necessários sobre esses documentos. Primeiramente, tal “proposta e programa de alto valor” do orçamento estadual, presente na fala de Iran Lemos (PDT), bem como a “ampliação do setor escolar”, elencada por Pedro Ernesto (PDT) tratam, indubitavelmente, do Programa Especial de Educação (PEE) e, especificamente, da construção dos prédios dos CIEP, que àquela altura, já estavam devidamente apresentados à sociedade fluminense.

Cronologicamente, essas foram as primeiras referências – mesmo que indiretas – a esse modelo de ‘escola em tempo integral’⁹ (Cavalière, 2009) nos debates legislativos iguaçuanos. Além disso, discurso de Ataíde Lemos (PDT) confirma ainda que os vereadores pedetistas se dirigiam aos CIEP quase que não mais indiretamente, ao citar as ‘trezentas e vinte escolas’. O “alto valor” do orçamento do setor educacional, na Ata em questão, é tratado como um fato positivo, que é ampliado pelo destaque dado ao ineditismo da obra.

Já em ata do dia 09 de abril de 1986, o vereador Antônio Fernandes (PDS) afirma: “os ‘Brizolões’ estão sendo os causadores de grande gasto sem utilidade”, enquanto na ata do dia 04 de setembro de 1985, o vereador João Luiz do Nascimento Jr. (PMDB) revela que “o Prefeito iguaçuano Paulo Leone, com 1,3 bilhão conseguiu mais 16 mil vagas nas escolas de Nova Iguaçu, enquanto o Governador Leonel Brizola gasta 7 milhões para conseguir 600 vagas”. Portanto, para

⁹ De acordo com Cavalière (2009), há dois modelos de tempo integral: o da escola de tempo integral e o do aluno em tempo integral. No primeiro caso, o objetivo seria o fortalecimento da unidade escolar, sua estrutura e seus profissionais; enquanto o segundo modelo enfoca as atividades oferecidas aos alunos no período alternativo, em uma convivência com o espaço propiciada por componentes do corpo escolar, agentes da comunidade.

criticar o “grande gasto sem utilidade” direcionado aos CIEP, o vereador do PMDB estabelece uma comparação entre as administrações estadual e municipal – ambas do PDT.

Através da análise dessas fontes, evidenciamos duas diferentes abordagens para o aspecto financeiro da política pública educacional do governo de Leonel Brizola: primeiro, centralizado na bancada pedetista, o financiamento encarado como investimento. Assim, entre os defensores dos CIEP, foram destacadas as motivações para o aporte de recursos nessas escolas, com destaque ao alto ‘valor do investimento’, à ‘ampliação do setor escolar’ e do ‘aporte financeiro a camadas menos abastadas da sociedade’, público-alvo da política. Em outros termos, são destacados aspectos positivos, relativos ao financeiro e seu direcionamento, pelo governo, à consecução de políticas públicas à sociedade, bem como à consolidação de um projeto societário que tenha a educação formal como possibilidade de melhoria de vida e de acesso a esses direitos a essa mesma sociedade.

Entretanto, percebemos também a presença de Atas críticas ao aspecto financeiro dessas instituições escolares. Pelo viés dos opositoristas, as novas escolas, tratadas pela situação como investimento, se tornam custo. Assim, sobressaem críticas ao valor da construção, manutenção futura e até mesmo acusações de superfaturamento das obras que se materializariam nos CIEP. Nessa situação, os aspectos evidenciados denotam o direcionamento financeiro como ‘custo’, em vários níveis da atuação e das demandas da política.

Todavia, as impressões e reações acerca do aspecto financeiro da política pública que deu origem aos CIEP não ficaram restritas ao meio político-institucional do município iguaçuano que compõe a Baixada Fluminense. É o que nos indica fonte retirada, entre outras, do jornal A Luta Democrática, de Duque de Caxias.

Imagem 2 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.



Fonte: Jornal A Luta Democrática (1987).

Na fonte em questão, o secretário de Educação de Moreira Franco – que assume o Governo do Estado após o primeiro mandato de Brizola – critica o governo anterior e caracteriza os CIEP como “inviáveis” por seus custos de construção/manutenção, além do baixo atendimento em quantidade de alunos, acusando ainda o uso eleitoral dessas escolas por parte do governador Brizola. O jornal dá espaço de fala a Lia Faria, coordenadora pedagógica do projeto dos CIEP, que defende a iniciativa educacional, alegando que qualquer análise pedagógica do projeto seria prematura e acusando ainda o novo governo de acabar com os CIEP.

Em resposta às críticas que vinham de variadas direções, os idealizadores da política pública em questão também se posicionavam quanto ao custo dos CIEP, o que denota um alinhamento de discursos entre governo e seus aliados políticos. Ribeiro (1986, p. 43) alega que:

O investimento na construção e manutenção dos CIEP não é excessivo e equivale ao montante mínimo indispensável para superar décadas de descaso pela educação pública. [...] A grande mudança introduzida foi estabelecer prioridade absoluta para a questão educacional, de modo a dignificar a Escola Pública para que ela passe a formar mais pessoas letradas do que analfabetos.

Esses argumentos, tanto de crítica quanto de defesa dos CIEP, entre outros, são, como podemos perceber, recorrentemente encontrados também nas Atas legislativas da CMNI, o que nos possibilita inferir que os debates acerca dos CIEP nos aspectos levantados neste artigo não ficaram restritos ao meio político iguaçuano, transcendendo-o, assim como não se circunscreveram aos campos específicos do poder e da política: também alçaram vôos por outros microcosmos, como o da comunicação e o acadêmico, por exemplo.

Dessa forma percebemos, com base em Bourdieu (1989) e em nossos dois recortes temporais de pesquisa, que os critérios de construção e o valor destinado à edificação de dezenas de CIEP que o município de Nova Iguaçu receberia ao final do 1º e do 2º PEE, foi mais uma das “ideias-força” presente nos debates que se realizavam no campo político institucional – no estudo, representado pela Câmara Municipal de Nova Iguaçu, por meio das Atas que trouxemos – e em outros campos de disputa política, entre os profanos desses campos – evidenciados, como exemplos, pela imprensa e pela entrevista com um morador da localidade em que se situava o CIEP lócus de nossa pesquisa.

Tal debate, pela recorrência nas fontes ao longo dos nove anos de nosso recorte, esteve presente em diferentes fases do ciclo de políticas de Ball (2016). Notadamente neste artigo, evidenciamos o contexto da estratégia política, por meio da chegada dos CIEP – analisada neste artigo quando da escolha dos terrenos e das negociações inerentes à implantação dessas novas escolas em Nova Iguaçu. Em nossa pesquisa, nos debruçamos especialmente sobre esse contexto, analisando as possíveis interpretações e transformações da implantação da política educacional do governo de Brizola na cidade de Nova Iguaçu, com base em nossas fontes. Buscamos, entretanto, o uso do ciclo de políticas de Ball sem fragmentar a política e nossa análise sobre ela, encarando as etapas em sua interatividade e complementaridade.

Através dessa análise, tratamos de valorizar aspectos que destaquem a história local de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, evidenciando especialmente, por meio dos “profanos” iguaçuanos, a complexidade da participação ativa e do acesso de agentes periféricos e marginalizados da política institucional a uma política pública educacional tão complexa quanto a própria proposta político-pedagógica que buscou construir.

CONCLUSÃO

Visando encontrar nosso objeto de estudo em fontes como as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, conforme apresentamos anteriormente, neste artigo objetivamos entender o projeto

dos CIEP, acompanhando sua implantação em Nova Iguaçu e perceber as reações da sociedade política iguaçuana à chegada do PEE e da escola de tempo integral à municipalidade, visando descrever e compreender como esse projeto e sua implantação foram recebidos e entendidos nesse município da Baixada Fluminense.

Em nossa análise, o conceito de campo de Pierre Bourdieu se configurou como o principal referencial teórico, especificamente no que diz respeito ao campo político. Por meio dessa construção teórica, analisamos o comportamento do campo político iguaçuano, no contexto da chegada de uma política pública educacional complexa como a dos CIEP. Como componentes do campo, procuramos evidenciar as reações dos “apossados” – representados pelos vereadores iguaçuanos – e ‘profanos’ desse campo – a imprensa e a comunidade iguaçuana.

Dessa forma, foram analisados os debates que percorriam a questão da construção dessas escolas em Nova Iguaçu, sendo discutida, além da obra e da arquitetura em si, especialmente a questão das negociações e da escolha dos terrenos que receberiam os CIEP. É perceptível, dessa maneira, como a conquista de uma instituição escolar como essa, para a região, era um trunfo importante para a ampliação do capital político daqueles vereadores, ou seja, como se constituíam enquanto capital social para aqueles agentes.

Abarcamos, nessa reflexão, debates acerca do financiamento/custo dos CIEP. Sobre isso, uma vasta gama de defesas e críticas ao custo de implantação e manutenção das novas escolas foram verbalizadas por vereadores na Câmara iguaçuana, em um diálogo perceptível com as críticas e elogios encontrados na imprensa e no campo acadêmico especializado, em que os CIEP eram figuras garantidas em nosso recorte temporal e após ele.

Com foco na história local de Nova Iguaçu, nosso estudo objetivou, por fim, o dimensionamento e a análise dos PEE e seus CIEP, uma política pública educacional com magnitude capaz de ultrapassar o espaço – na medida em que sua capilaridade se fez sentir em outros projetos pelo país afora¹⁰ e o tempo – uma vez que, 38 anos após a inauguração do primeiro CIEP do estado do Rio de Janeiro, essas edificações ainda se constituem enquanto objeto de estudo e pesquisas no campo acadêmico da Educação.

Contribuições dos Autores: Guimarães, M. H. A.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Coelho, L. M. C. C.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Barros, J. D'a. (2019). Fontes históricas – Uma introdução aos seus usos historiográficos. Anais do 2º encontro internacional História & Parcerias, Rio de Janeiro: ANPUH.

Bourdieu, P. (1989). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, RJ. Editora Bertrand Brasil S.A.

Bourdieu, P. (2019) Questões de sociologia. Petrópolis, Vozes.

Cavalcanti, E (2018). História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, 7(13), 272-292.

¹⁰ Encontramos ressonâncias e citações ao PEE em políticas públicas como os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs), do governo federal, implantados no período dos governos de Fernando Collor e de Itamar Franco; os Centros de Educação Integral, em Curitiba-PR; e o homônimo Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), em Americana-SP.

Costa, M. L. O. (2021) Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS): tensões e conflitos em torno de uma Política Pública e suas repercussões em Duque de Caxias na Baixada Fluminense. 2021. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Faria, L. M., & Silva, R. M. J. (2021). O centenário de Maria Yedda Leite Linhares: memórias da sua atuação na educação no Estado do Rio de Janeiro. *Revista FAEEBA*, 30(63), 181-192.

Fundação Biblioteca Nacional (1987). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal A Luta Democrática, de 25/04/1987. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=CIEP&pagfis=74965>

Lemos, A. D. S. (2023) Grupo Globo e a crítica conservadora ao I PEE-CIEP: Conflitos nos campos educacional, político e da produção cultural. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica.

Lobo, L. B. (2019) “Quem manda na escola pública?” Os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu-RJ entre 1964 e 1988. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias.

Mainardes, J., & Marcondes, M. I. (2009) Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educ. Soc.*, 30(106), 303-3018.

Mainardes, J. (2018). A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, 12(16), 1-15.

Minayo, M. C. S. (2021) Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 9, 521-539.

Moreira, L. S., & Soares, A. J. G. (2019) Entre defesas e críticas ao Centros Integrados de Educação Pública. *Revista Contemporânea de Educação*, 14(30), 1-15.

Moreira, L. S. (2020) Dos Barracões aos CIEPS: A Elaboração da Política Educacional Brizolista (1983 a 1987). 2020. 353f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, RJ.

Nascimento, Á. P., & Bezerra, Nielson R. B. (2019) (Orgs). De Iguaçu à Baixada Fluminense: Histórias de um Território. Curitiba-PR. Appris.

Nova Iguaçu. (1995). Câmara Municipal. Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI), 1983-1995.

Ribeiro, D. (1986). O Livro dos CIEPs. Rio de Janeiro, Bloch.

Rocha, A. S. (2020). Baixada Fluminense – Representações entre o desenvolvimento, a violência e o descaso. Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas. *Duque de Caxias*, 1, 13-27.

Silva, J. A. (2018). Entrevista concedida ao autor.

Recebido: 30 de novembro de 2023 | **Aceito:** 2 de março de 2024 | **Publicado:** 20 de maio de 2024



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.